

UM RETRATO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Ricardo Baratella (Universidade de Uberaba – ricardo.baratella@uniube.br)

Grupo Temático 1. Ensino-aprendizagem aberto, flexível e a distância

Subgrupo 1.2 Modelos, teorias e sistemas de EAD: flexibilidade pedagógica em perspectiva

Resumo:

A utilização da EAD nos cursos de graduação, tornou-se um imperativo da atualidade. A Educação a Distância está se difundindo em quase todos os campos educacionais, como instrumento de qualificação dos processos pedagógicos e dos sistemas educacionais, com modelos metodológicos e ações diferentes, rápida evolução das redes virtuais e utilização do sistema de tutoria, principalmente por causa da abrangência dos sistemas de comunicação digitais, minimizando o isolamento dos alunos. A EAD é, no atual contexto do mundo da globalização, um campo em visível crescimento no Brasil, repleto de polêmicas, potencialidades, fragilidades e novos desafios. Alguns educadores a enaltecem, outros a criticam, considerando-a como sinônimo de baixa qualidade ou de oportunismo mercantilista. Dessa forma, essa modalidade de ensino se expande a um cenário de aceitação por uns e preconceitos e resistências por outros.

Palavras-chave: Educação a Distância. História. Contemporaneidade.

Abstract:

The use of distance learning in undergraduate courses, has become an imperative today. distance education is spreading in almost all educational fields, as a means of qualifying educational processes and educational systems, with different actions and methodological models, rapid evolution of virtual networks and use the tutoring system, mainly because of the breadth of digital communication systems, minimizing the isolation of students. The EAD is the current world context of globalization, a field in visible growth in Brazil, full of controversies, capabilities, weaknesses and challenges. Some educators praise, criticize others, considering it as synonymous with low quality or mercantile opportunism. Thus, this type of education expands to a scenario accepted by some and prejudices and resistance from others.

Keywords: Distance Education. History. Contemporaneity.

1. Introdução

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades, muda-se o ser, muda-se a confiança; todo o mundo é composto de mudança, tomando sempre novas qualidades [...].

LUÍS CAMÕES (1595)

Segundo a literatura, desde 1829, há registros do uso da Educação a Distância na Suécia, pelo Instituto Líber Hermondes. Outra evidência histórica dessa modalidade de ensino foi em 1840, quando Isaac Pittman ensinava estenografia na Inglaterra, por correspondência. Porém, no que se refere a um tipo de educação mais formal, é, aproximadamente no ano de 1850, que o Reverendo W. Sewell, do *Exeter College* em Oxford, na Inglaterra (inserido num contexto educacional no qual se procurava descentralizar a educação elitista de até então para um modelo baseado nas necessidades sociais), sugeriu o estudo fora do *campus* por meio de um sistema de palestras. Em 1871, James Stuart,

baseado nas ideias de Sewell, propôs um roteiro de viagens para professores palestrantes que, dezoito anos mais tarde, transformou-se no Sistema de Extensão Universitária da Universidade de Cambridge. Esses fatos podem ser considerados como uma das primeiras evidências da Educação a Distância” (PIVA JÚNIOR et al. *apud* SHERON; WEDEMEYER, 2011).

As experiências com a Educação a Distância foram organizadas estrutural e pedagogicamente, em vários pontos do Planeta, ao longo dos anos, adquirindo dimensões cada vez maiores no final do século XVIII. Em meados do século XIX, com um largo desenvolvimento, criaram-se em diversos países, modelos teóricos mais influentes para a melhoria no serviço de suporte aos alunos a distância, possibilitando ao sujeito aprendiz uma autoformação contínua.

Peters (2003, p.30) lembra que, em meados do século XIX, no início da:

Revolução Industrial, empresários e principalmente os editores identificaram essas novas necessidades educacionais. Decidiram que poderiam lucrar, face às demandas educacionais das pessoas, e explorar as possibilidades da produção, da distribuição em massa e das tecnologias dos correios e das ferrovias. Surgiam na época, muitas escolas por correspondência na Inglaterra, França e Alemanha e em outros países europeus.

Segundo Nunes (2003), a necessidade de capacitação rápida de recrutas norte-americanos, durante a Segunda Guerra Mundial, fez aparecer novos métodos (entre eles destacam-se as experiências de F. Keller para o ensino da recepção do **Código Morse**) que seriam utilizados mais tarde, em tempos de paz, para promover a integração social dos atingidos pela guerra e para o desenvolvimento de capacidades laborais dos que migravam do campo para as cidades em reconstrução, na Europa.

Gamez (2004,p.59) analisou o histórico da Educação a Distância, acompanhando o desenvolvimento dessa modalidade de ensino desde as últimas quatro décadas até os dias atuais. Para ele:

[...] percebe-se que não foi tarefa fácil a fundamentação de uma teoria sólida capaz de sustentar essa modalidade de ensino. A dificuldade começou no início dos anos 1970 quando se percebeu os desacordos e a falta de unanimidade em relação à terminologia utilizada neste domínio de conhecimento. Na década de 1980, grandes esforços foram desenvolvidos para criar consistentes teorias e metodologias em Educação a Distância. A década de 1990 foi caracterizada pela inserção da internet no meio educacional e reformulações teóricas embasadas em teorias com ênfase no caráter social da aprendizagem *online*.

Na década de 1990, foram criados muitos programas em Educação a Distância. Nessa época, tentava-se, com o auxílio das mídias disponíveis, simular situações de ensino/aprendizagem mais próximas do ensino presencial. Assim, criava-se a expectativa de formar alunos independentes e especialistas nas matérias em questão. A EAD deixou de ser baseada apenas em materiais impressos e começou a acompanhar e a incorporar as novas mídias de comunicação, como rádio, TV, vídeo e teleconferência. Porém, é com a inserção e crescimento da internet no meio educacional que se verifica uma enorme mudança na maneira de se fazer Educação a Distância (PIVA JÚNIOR et al., 2011, p.10).

Nesse sentido, Azevedo (2000, p.14) refere-se que:

à aplicação de novas tecnologias na EAD, especialmente aquelas ligadas à internet, vem modificando o panorama dentro deste campo de tal modo que seguramente podemos falar de uma Educação a Distância antes e depois da internet. Antes da internet tínhamos uma EAD que utilizava apenas tecnologias de comunicação de um - para - muitos (rádio, TV) ou de um - para - um (ensino por correspondência). Via internet temos as três possibilidades de comunicação reunidas numa só mídia: um - para - muitos, um - para - um e, sobretudo, muitos - para - muitos. É esta possibilidade de interação ampla que confere à Educação a Distância via internet um outro *status* e vem levando a sociedade a olhar para ela de uma maneira diferente daquela com que olha outras formas de EAD.

A partir desses contextos, é possível que o estudante, na Educação a Distância, construa significados muito variados, que respondem a concepções e necessidades distintas, acenando as possibilidades de (re) pensar as formas de produzir, refletir, partilhar, adquirir e transmitir o conhecimento.

2. A Educação a Distância na contemporaneidade

O que diferencia a Educação a Distância, hoje, daquela praticada tempos atrás, são os meios disponíveis e adequados em cada época (ALVES; NOVA, 2003). Segundo Peters (2003, p. 29), essa modalidade de ensino, além de sua natural complexidade, possui uma longa história de experimentações, “percebemos que houve um desenvolvimento desde as primeiras tentativas singulares na antiguidade até a difusão inesperada e surpreendente desta forma de ensino e aprendizagem por todo o mundo na segunda metade do século XIX”. Acrescenta ainda que, nos últimos 25 anos, com o surgimento das Universidades abertas (virtuais), esse crescimento tem ocorrido com “velocidade de tirar o fôlego” (Idem, p.29).

Ora, esse crescimento tem gerado inúmeras perspectivas para a democratização e a universalização do ensino e, apesar de uma considerável demanda potencial, principalmente no último decênio, o desafio é buscar novos referenciais e novas mediações pedagógicas que possam atender a espaços e tempos diferentes, para tornar essa explosão de ofertas de cursos e territorialidade compatível com a qualidade de ensino.

O Plano Nacional de Educação (PNE) parece ratificar a mudança do paradigma educacional e a posição estratégica da Educação a Distância para o estabelecimento de um consenso pretensamente democrático entre Governo, mercado e sistema produtivo; ao introduzir novas concepções de tempo e espaço na educação, a EAD tem função estratégica: contribui para o surgimento de mudanças significativas na instituição escolar e influi nas decisões a serem tomadas pelos dirigentes políticos e pela sociedade civil na definição das prioridades educacionais (BRASIL, 2001).

Para Moraes (2010, p.22), a Educação a Distância parece constituir tentativas de respostas para os novos desafios e as necessidades no campo da educação; um deles é a “massificação do ensino superior – e, cada vez mais, a realização desse nível de formação fora da Universidade (ou fora dos modelos de Universidade de ensino, pesquisa e extensão)”. E o outro desafio diz respeito a “situações vivenciais peculiares de contingentes significativos da população jovem e também dos adultos (os não jovens), que estão além da chamada “faixa etária adequada” de 18 a 24 anos e que demandam o ensino superior que

não tiveram”. Essas circunstâncias têm feito com que alguns a chamem de “Universidade de segunda chance”. E, quanto à situação do não jovem, referem-se àqueles que buscam complementar uma formação que já teve, nos moldes de uma extensão: formação permanente, pós-graduação e outros.

Para a Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED, 2006, p. 1):

há um consenso mínimo em torno da ideia de que EAD é a modalidade de educação em que as atividades de ensino-aprendizagem são desenvolvidas, em sua maioria, sem que alunos e professores estejam presentes no mesmo lugar à mesma hora.

Vivemos numa sociedade em rede, numa ampla teia de relações sociais na qual cresce, cada vez mais, há exigência de diálogo, interatividade, intervenção, participação e colaboração. Oliveira (2008, p.43), nesse sentido, explica a importância em “estabelecer recursos e procedimentos metodológicos – subordinados aos objetivos pedagógicos – para o diálogo educativo entre formados e formadores distantes, justamente por não haver coincidência nos tempos e espaços desses protagonistas”. Em razão disso, a interatividade entre aluno e professor, separados fisicamente, deve ocorrer de modo que a mediação tecno-pedagógica potencialize o processo educativo.

A autora alerta que, embora seja inegável a potencialidade das TICs, a relação pedagógica na Educação a Distância, necessariamente, não muda com a sua utilização. “Elas tanto servem para reforçar uma visão conservadora, individualista, autoritária, como para dar suporte a uma visão emancipadora, aberta, interativa, participativa [...] a transgressão está mais na mente das pessoas do que nos recursos tecnológicos” (OLIVEIRA, 2008, p.43).

Entretanto, independentemente do tipo de interação e limitações, potencialidades e possibilidades determinadas pelo contexto de EAD, a literatura é unânime em asseverar que a interação professor-aluno é essencial para processo de formação profissional nessa modalidade de ensino.

Nesse contexto, o sistema educacional tem a função de certificar e validar publicamente essas aprendizagens, em que os múltiplos saberes configuram-se numa verdadeira rede de “interações e intertextualidades”, como rios, por onde “os conhecimentos progridem ao encontro uns dos outros”, vindos “das nascentes das nossas práticas locais e arrastando consigo as areias dos nossos percursos moleculares, individuais, comunitários, sociais e planetários” (SANTOS, 1997, p.45-46).

4

3. A Educação a Distância no Brasil: iniciativas que marcaram a história

O ensino a distância, no Brasil, não foi muito diferente do que aconteceu em outras Nações. Segundo Castilho (2011, p.17), tem ele uma história antiga, as primeiras experiências, nesse sentido, “datam do final do século XIX, com a realização de um curso de datilografia oferecido por meio de um anúncio de jornal”.

No início do século XX, surgiram os primeiros cursos oferecidos por meio de correspondência, mas, como esse método não tinha uma regulamentação oficial em nosso país, muitos alunos ficaram sem comprovação.

Em 1923, há também registros de cursos a distância, oferecidos pela Rádio Sociedade Rio de Janeiro, assim como o da Fundação Roquete Pinto. Em 1934, surgiu o Instituto Monitor, que ministrava cursos por correspondência e que atualmente já adotou o ensino,

utilizando-se da internet. O poder governamental também se utilizou do método a distância para instruir integrantes do Exército e da Marinha, em plena época da Segunda Guerra Mundial. Pouco tempo depois, em 1941, foi criado o Instituto Universal Brasileiro. Em 1950, foi criado o MEB, para a formação da educação de base. A partir de 1967, foi implantado o Projeto Saci, com educação via satélite, material impresso e de rádio, para formação de professores. Em 1976, foi criado o Sistema Nacional de Teleducção e o SENAC também aproveitou as novas tecnologias para a disseminação dos cursos instrucionais (PIVA JÚNIOR et al., 2011, p.11).

Castilho (2011, p.18) complementa que, na década de 1970, institucionalizou-se o ensino a distância no Brasil “com a criação dos Centros de Ensino Supletivo (CES).” Cita ainda uma experiência interessante, ocorrida em 1979, quando o Colégio Anglo-Americano do Rio de Janeiro passou a operar em 28 países, com cursos por correspondência para brasileiros residentes no exterior, em nível de 1º e 2º graus.

As bases legais brasileiras para a modalidade de Educação a Distância foram estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que foi regulamentada pelo Decreto 5.622, publicado no DOU de 20 de dezembro de 2005 (que revogou o Decreto 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, e o Decreto 2.561, de 27 de abril de 1998), com normatização definida na Portaria Ministerial 4.361, de 2004 (que revogou a Portaria Ministerial 301, de 7 de abril de 1998). O Decreto 5.733, de 9 de maio de 2006, dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino (SEED, 2007). O Decreto 6.303, de 12 de dezembro de 2007, altera dispositivos dos decretos 5.622 (de 19 de dezembro de 2005) e 5.733 (de 9 de maio de 2006) de forma bastante oportuna em alguns pontos (DIAS; LEITE, 2010).

O artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) estabelece a possibilidade de uso da modalidade de EAD em todos os níveis e modalidades de ensino, concedendo, assim, o respaldo legal para o ensino a distância no Brasil. Com essa lei, a Educação a Distância ganham *status* de modalidade plenamente integrada ao sistema de ensino.

Para Carneiro (1998, p.12), o Artigo 80 dessa Lei determina “que o poder público não apenas vai incentivar o desenvolvimento de programas de Educação a Distância, mas também programas de educação continuada na modalidade EAD”.

O tratamento dado à EAD pela LDB incentivou muitas instituições de ensino a pesquisarem e implantarem esse sistema de ensino. Nesse contexto de desenvolvimento, contradições e consolidação da área, surgem várias ações de EAD no cenário educativo brasileiro, como os programas: “Um salto para o futuro”; “TV Escola” destinada aos professores do Ensino Fundamental e que utilizam várias tecnologias para sua execução (material impresso, vídeo, satélite, fax, telefone, com recepção organizada com orientadores de aprendizagem nos telepostos). Atualmente, o programa “Um salto para o futuro” integra a programação do canal TV Escola, criado pelo Ministério de Educação e Cultura (PIVA JÚNIOR et al., 2011, p.13).

O PNE assume o caráter de manifesto jurídico-educacional da EAD à União. Nele é atribuído à União o papel de “credenciamento das instituições autorizadas a oferecer cursos de Educação a Distância, assim como o estabelecimento dos requisitos para a realização de exames e o registro de diplomas” (BRASIL, 2001).

Dentre os objetivos e metas do Plano Nacional de Educação para a Educação a Distância, estão:

iniciar logo após a aprovação do Plano, a oferta de cursos a distância, em nível superior, especialmente na área de formação de professores para a educação básica; [...] ampliar, gradualmente, a oferta de formação a distância em nível superior para todas as áreas, incentivando a participação das Universidades e das demais instituições de educação superior credenciadas; [...] incentivar, especialmente nas Universidades, a formação de recursos humanos para a Educação a Distância; [...] apoiar financeira e institucionalmente a pesquisa na área de Educação a Distância. (BRASIL, 2001, p. 44 - 45).

A Educação a Distância está se transformando, de uma modalidade complementar ou especial para situações específicas, em referência para uma mudança profunda na educação como um todo. “É uma opção importante se os objetivos são o aprendizado ao longo da vida, a formação continuada, a aceleração profissional, a conciliação entre estudo e trabalho”. (MORAN, 2011, p.45).

Como resposta peculiar a essas necessidades, desafios e expectativas, a Educação a Distância parece ter sido enormemente potencializada por alguns fatores, segundo Moraes (2010, p.25):

[...] experiências anteriores de processos e empreendimentos que propiciam o estudo independente (ou a autoinstrução), tais como ensino por correspondência, ensino supletivo etc.; existência de tradições na produção (já em escala industrial) de materiais para esse tipo de aprendizagem (livro didático ou de estudo independente); popularização e barateamento de novas tecnologias de comunicação (a telemática).

Ainda há resistências e preconceitos e estamos aprendendo a gerenciar processos complexos de EAD, mas cresce a percepção de que um país da dimensão do Brasil só conseguirá superar sua defasagem educacional por meio do uso intensivo de tecnologias em rede, da flexibilização dos tempos e espaços de aprendizagem, e da gestão integrada de modelos presenciais e digitais. A Educação a Distância está modificando todas as formas de ensino e aprendizagem, inclusive as presenciais, que utilizarão, cada vez mais, metodologias semipresenciais, flexibilizando a necessidade de presença física, reorganizando os espaços e tempos, as mídias, as linguagens e os processos. Outro avanço é a inserção significativa das Universidades públicas na EAD, pela Universidade Aberta do Brasil (UAB) (MORAN, 2011).

Oliveira (2008, p.36) afirma que, ao lado do interesse crescente e da expansão vertiginosa, a Educação a Distância, notadamente no ensino superior:

ainda é percebida por muitos como atividade à margem do sistema educacional. Uns lhe atribuem exclusivamente um caráter supletivo por compensar as carências de políticas que não conseguiram oferecer oportunidades de estudos aos cidadãos em idade própria. Outros a consideram uma forma barata e rápida de ampliar a oferta de cursos, muitas vezes com qualidade duvidosa. Há ainda aqueles que criticam a Educação a Distância como espaço predominante da dominação tecnológica, na qual são privilegiados os instrumentos eletrônicos como recursos didáticos, em detrimento da aprendizagem do aluno.

Segundo Moore e Kearsley (2007, p.241), “o sucesso de toda iniciativa em Educação a Distância depende de um sistema eficaz de monitoramento e avaliação, pois estes procedimentos é que darão pistas sobre as dificuldades dos alunos”.

Para esses autores são três as características de um bom sistema de ensino a distância: *especificação preliminar de objetivos de aprendizagem; elaboração e gerenciamento dos trabalhos apresentados pelos alunos – as tarefas; – e, finalmente, boa qualidade na coleta de dados e sistema de relatórios*. Ressaltam, no entanto, que o monitoramento e a avaliação desempenham uma função crítica no sucesso de todo projeto de Educação a Distância de boa qualidade.

Quando estamos nos referindo à qualidade, há diversos especialistas que questionam a educação na modalidade a distância. Para Dourado (2008, p. 904), nesse cenário de mudanças, a Educação a Distância ganha foro privilegiado, na medida em que:

a UAB, criada em 2005, passa a ser espaço de atuação da recém-criada Diretoria de Educação a Distância. Problematicar tais indicadores se revela uma trama complexa, tendo em vista o cenário das próprias políticas para o setor, bem como os desafios no tocante à democratização do acesso à educação básica e superior. Aliada a essa questão, a formação de professores, por meio da modalidade à distância, tem sido objeto de muitas polêmicas e disputas no que concerne a sua pertinência, qualidade, acompanhamento, produção de material didático-pedagógico, avaliação, centralidade ou não do papel do professor, entre outras questões.

A forma de avaliação adotada em um curso na modalidade a distância perpassa pela concepção de aprendizagem subjacente a ele. Levar o aluno a construir seu próprio conhecimento é tarefa árdua. Avaliar esse processo de construção, no entanto, não se trata apenas de cumprir uma exigência legal, mas, sobretudo, de contribuir eticamente para o processo de ensino-aprendizagem (DIAS; LEITE, 2010).

Segundo Moran (2011, p.48), no Brasil, existem, basicamente, dois modelos de Educação a Distância:

no primeiro, aparece mais o professor no papel tradicional, sendo observado pelos alunos ao vivo (teleaula) ou em aula gravada (vídeo-aula). Além das aulas, há leituras e atividades presenciais e virtuais (modelo de tele/vídeo-aula). No segundo modelo, o professor não “dá aula”, ele se comunica por materiais impressos e digitais, escritos de forma dialogada e com tutoria presencial em polos e/ou virtual, pela internet. Usa alguns vídeos eventualmente, não sistematicamente (modelo *web*).

Atualmente, a Educação a Distância começou a ser vista, pelas Universidades brasileiras, como imprescindível, uma alternativa possível e viável. Várias experiências em EAD já se encontram em andamento e, em termos de cursos de graduação, em particular cursos de Licenciaturas, já estão se consolidando no país.

Quando analisamos o investimento em educação superior com base nos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), entre os anos de 2000-2007, verificamos que ele oscilou entre 0,9% e 0,8% do PIB, apresentando, nos últimos anos, o percentual de 0,8%; o que caracterizaria ora estagnação ora diminuição de investimento público em educação superior nos últimos anos.

Os dados apresentados, em 2009, pelo censo do Ensino Superior, na área da graduação na modalidade a distância, comprovam que 115 instituições ofereceram 647

curso em 2008. As matrículas na modalidade de ensino a distância aumentaram 96,9% em relação ao ano anterior e, em 2008, passaram a representar 14,3% do total de matrículas no ensino superior. Além disso, o número de concluintes em Educação a Distância cresceu 135% em 2008, se comparado a 2007 (BRASIL, 2009, p.29).

Foi, particularmente a partir do ano de 2006, que a Educação a Distância ganhou novos contornos, mais expressivos, com o crescimento da oferta a partir da criação da UAB, amparada pelo Decreto nº 5800, de 8 de junho de 2006. Nele se apresenta a UAB como “um sistema voltado para o desenvolvimento da modalidade de Educação a Distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior do país”. (BRASIL, 2006a).

Desde a sua criação, a UAB vem tentando uniformizar a oferta de ensino superior, especialmente no campo de formação de professores. Essa significativa amostra destaca o caráter que foram tomando as políticas educacionais pós - LDB, cuja retórica enaltece a instrumentalização dos espaços formativos.

4. Considerações finais

Há diferentes modalidades de aprendizado na Educação a Distância, que dependem da contextualização das temáticas discutidas nos cursos de graduação, da abordagem metodológica dos conteúdos da organização curricular, dos ambientes de aprendizagens e também das características do estudante. Em função disso, não é possível entender aprendizado apenas como processo de captação de conhecimento.

A Educação a Distância não pode ser reduzida a um ensino somente por computadores e redes virtuais. Ela deve estar associada a algo mais abrangente, que engloba uma multiplicidade de atividades, incluindo orientações, diferentes formas de estimular o estudo autônomo e o processo de ensino – aprendizagem, propiciando a construção social de significados e a produção individual/coletiva de conhecimentos, a autoinstrução dos acadêmicos, em vista à (re) organização, formatação, estruturação dos materiais pedagógicos e dos procedimentos didáticos, assim como a redefinição da figura dos docentes.

Conhecimento não é uma mercadoria que se compra num *site* de ensino a distância, por exemplo. Ao contrário, o conhecimento é construído circunstancialmente, produzido processualmente e compartilhado coletivamente. Portanto, conteúdos e atividades que sejam direcionadas para um sujeito ou para um grupo de indivíduos com expectativas similares tendem a fenecer e para que o processo de aprendizagem seja estimulado, é necessário pensar em alternativas ou em algumas variáveis.

A Educação a Distância possibilita um processo de comunicação, de troca de informações em que os aprendizes terão oportunidade de demonstrar o conhecimento que construíram, de buscar significados compartilhados, por meio de interações entre seus atores, principalmente entre educadores e alunos. A Educação a Distância deve proporcionar aos estudantes o desenvolvimento da autonomia crítica, colaborativa, reflexiva, participativa, investigativa, ante situações concretas e não uma mera reprodução de ideias ou pontos de vista disseminados pelos ambientes virtuais, pelos materiais didáticos e também por professores. Além disso, é necessário desenvolver a criatividade e autoconfiança no estudante, uma vez que geralmente não há a presença física do professor-tutor em todos os encontros acadêmicos.

Quando pensamos em avaliação, na Educação a Distância como processo, avançamos ainda mais na proposta para afirmar sobre a necessidade de existirem não apenas instrumentos, mas abordagens e estratégias avaliativas, das especificidades dos estudantes de cursos a distância.

Por outro lado, a Educação a Distância pode contribuir para atender à diversidade do alunado e para ressignificar o currículo e a avaliação, por meio de mecanismos de registro e armazenamento, motores de busca e recuperação de informações, que propiciam acompanhar, de forma contínua, os processos interativos, o desenvolvimento das atividades realizadas pelos alunos com os respectivos caminhos cognitivos e produções, podendo funcionar como fonte para a autoavaliação e a regulação individual das aprendizagens pelo próprio aluno (ALMEIDA, 2010, p.96).

A Educação a Distância, nesse contexto, classifica-se como a opção de legitimar o tipo de formação pensado pelo setor econômico para atender à prerrogativa de universalização da educação básica e superior.

O que propomos fazer é problematizar a acentuada ênfase na expansão da educação via modalidade Educação a Distância, pois é necessário modificar velhos hábitos, principalmente em se tratando de mudanças na avaliação da aprendizagem. Isso implica que todo o processo de ensino e aprendizagem deva ser transformado; o que confronta os professores com questões básicas como saber o que estão tentando alcançar e qual o melhor caminho para atingir os resultados esperados.

O acompanhamento processual e dinâmico das aprendizagens na Educação a Distância não pode ignorar a introdução dos estudantes em uma nova cultura, a virtual. O cronograma e o desenvolvimento de atividades que possam acolher esses novos educandos têm que ocorrer nos encontros acadêmicos de qualquer curso. É preciso apresentar-lhes às orientações, os guias e os materiais de estudo, as especificidades da cultura escolar virtual e lhes oferecer oportunidades de participar e vivenciar os principais códigos, regras e valores desse ambiente em que irão viver, interagir, conviver, pesquisar e aprender.

Nesse tipo de modalidade de ensino, deve ser incentivado processualmente o resultado dos estudos, as investigações, as pesquisas e as elaborações desenvolvidas pelos alunos, possibilitando-lhes pensar, refletir e ativar a capacidade crítica. Assim, garante-se a construção do conhecimento, a reorganização das aprendizagens mais significativas, reafirmando as noções de troca, diálogo, ética, solidariedade e coletividade.

9

Referências bibliográficas

ABRAEAD - Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância. São Paulo: Instituto Monitor e ABED (Edições de 2005; 2006; 2007; 2008).

ALMEIDA, M. E. B. Currículo, avaliação e acompanhamento na Educação a Distância. In: **Educação a distância: desafios contemporâneos** / Daniel Mill e Nara Maria Pimentel (Orgs.). São Carlos: EduFSCAR, 2010.

ALMEIDA, M. E. B. de; MORAN, J. M. M. **Integração das tecnologias na educação: salto para o futuro**. Brasília: SEED-MEC, 2005.

ALVES, L. ; NOVA, C. (Orgs.). **Educação a distância**: uma nova concepção de aprendizado e interatividade. São Paulo: Futura, 2003.

AZEVEDO, W. **Panorama atual da educação a distância no Brasil**. Disponível em: <<http://www.aquifolium.com.br/artigos/>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

BRASIL, Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília: DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 23 set. 2012.

_____. Ministério da Educação: Secretaria de Educação a Distância. **Missão e objetivos**. Brasília: SEED-MEC, 2009.

_____. Ministério da Educação: Secretaria de Educação a Distância. **Desafios da Educação a Distância na Formação de Professores**. Brasília: SEED-MEC, 2006a.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 9/2001, aprovado em: 08 mai. 2011. **Diretrizes curriculares para a formação inicial de professores de educação básica em cursos de nível superior**. Brasília: MEC/CNE, 2001.

CAMÕES, Luís de. **Rhythmas**. Editora: M. de Lyra, 1595.

CARNEIRO, M. C. C. A. **O desenvolvimento da moralidade infantil e a postura do professor na formação da autonomia**. Juiz de Fora, 1998.

CASTILHO, R. **Ensino a distância – EAD**: interatividade e método. São Paulo: Atlas, 2011.

DIAS, R. A.; LEITE, L. S. **Educação a distância**: da legislação ao pedagógico. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

DOURADO, L. F. **Políticas e gestão da educação superior a distância**: novos marcos regulatórios? Campinas, v. 29, n.104 – Especial, p. 891-917, out. 2008.

GAMES, I. **A construção da coerência em cenários pedagógicos online**: uma metodologia para apoiar a transformação de cursos presenciais que migram para a modalidade de Educação a Distância. Florianópolis, 2004, 260f. Tese de Doutorado (Programa de pós-graduação em Engenharia de Produção – PPGEP). Universidade Federal de Santa Catarina.

MOORE, Michael; KEARSLEY, G. **Educação a distância**: uma visão integrada. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

_____. **Educação a distância**: uma visão integrada. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

MORAES, R. C. **Educação a distância e ensino superior**: introdução didática a um tema polêmico. São Paulo: SENAC, 2010.

MORAN, J. M. Desafios da Educação a Distância no Brasil. In: **Educação a Distância: pontos e contrapontos** / José Armando Valente e José Manuel Moran: Valéria Amorim Arantes (Org.). São Paulo: Summus, 2011.

NUNES, L. R. Linguagem e Comunicação Alternativa: Uma introdução. Em L.R. Nunes (Org.). **Favorecendo o desenvolvimento da comunicação em crianças e jovens com necessidades educacionais especiais**. Rio de Janeiro: Dunya, p.1-13, 2003.

OLIVEIRA, E. G. **Educação a distância na transição paradigmática**. Campinas: Papirus (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico), 2008.

PETERS, Otto. **A educação à distância em transição: tendências e desafios**. São Leopoldo: UNISINOS, 2003.

PIVA JÚNIOR, D. et al. **EAD na prática: planejamento, métodos e ambientes online**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. Porto: Afrontamento, 1997.

1

1